



**DELIBERAÇÕES TOMADAS NO
PLENÁRIO DE 03-10-2019
Nota Informativa**

PLENÁRIO DE 03 DE OUTUBRO DE 2019
DELIBERAÇÕES TOMADAS



DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 03-10-2019
Nota Informativa

Na Sessão Plenária de 03-10-2019 estiveram presentes:

PRESIDENTE - Juiz Conselheiro Dr. António Joaquim Piçarra.

VICE-PRESIDENTE - Juiz Conselheiro Dr. José António de Sousa Lameira.

VOGAIS INDICADOS PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Dr. José Alexandre de Sousa Machado.

VOGAIS ELEITOS PELA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - Dr. Jorge Salvador Picão Gonçalves, Prof. Doutor Paulo Jorge de Sousa Pinheiro; Prof. Doutor João Eduardo Vaz Resende Rodrigues; Prof. Doutor Serafim Pedro Madeira Froufe.

VOGAIS ELEITOS PELOS MAGISTRADOS JUDICIAIS - Juiz Desembargador, Dr. Leonel Gentil Marado Serôdio; Dr^a. Susana Isabel Santos Pinto de Oliveira Ferrão da Costa Cabral; Dr. José Manuel Monteiro Correia; Dr^a. Lara Cristina Mendes Martins; Dr^a. Sofia Alexandra Pareirinha Martins da Silva.

JUIZ SECRETÁRIO- Juíza de Direito Ana Cristina Dias Chambel Matias.

FUNCIONÁRIOS - José António Carvalho Martins; José Martins Cordeiro.

*

Na Sessão Plenária de 03-10-2019, com início pelas 10 horas e 30 minutos, o Conselho Superior da Magistratura tomou as seguintes deliberações:

*

1) Em conformidade com o publicado no D.R. n.º 188, I Série, de 01.10.2019, foi investido em funções o Exm^o Vogal efectivo eleito pela Assembleia da República, a que alude a alínea b), do n.º 1, do artigo 137.º do Estatuto dos

Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei nº 21/85, de 30 de Julho: o Exmo. Senhor Professor Doutor Paulo Jorge de Sousa Pinheiro. -----

O Excelentíssimo Senhor Presidente formulou votos de boas-vindas ao Exmo. Senhor Vogal que foi eleito pela Assembleia da República, como membro do Conselho Superior da Magistratura e que ora inicia funções, assinalando o seu fundamental papel e a força da sua legitimidade para participar, com total disponibilidade e independência, em prol da Justiça e da organização do Judiciário, sendo garante da independência dos tribunais e dos juízes.

*

2) Foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Exmo. Sr. Vice-Presidente deste Conselho de 16.09.2019, que desligou do serviço para efeitos de aposentação/jubilção, o Exmo. Senhor Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, Dr. Vinício Augusto Pereira Ribeiro. -----

*

3) Verificados os respectivos pressupostos legais para o efeito e expresso o voto consultivo favorável do Exmo. Sr. Vice-Procurador-Geral da República, Dr. João Alberto de Figueiredo Monteiro presente, *foi deliberado, por unanimidade, aprovar, a nomeação para o Supremo Tribunal de Justiça da Exma. Senhora Dra. Maria Teresa Féria Gonçalves de Almeida.*

*

4) Foi aprovada a acta n.º 16/2019, do Plenário de 03-09-2019.

*

5) Foi deliberado por unanimidade aprovar projecto de deliberação em que foi relatora o Exmo. Vogal Dr. José Manuel Correia, relativamente a incidente de aceleração processual, no sentido da sua inutilidade superveniente da lide.

*

6) Foi deliberado por unanimidade renovar a comissão de serviço da Exma. S^a. Dr^a Juiz Ana Mafalda Brandão Barbosa Sequinho dos Santos como Juíza Presidente da Comarca de Portalegre, com efeitos a partir de 24.11.2019.

*

7) – Foi deliberado por unanimidade renovar a licença especial em que se encontra o Exmo. Senhor Juiz Desembargador, Dr. Carlos Alberto Gameiro de Campos Lobo, actualmente em gozo de licença especial para exercício de funções na Região Administrativa Especial de Macau, com efeitos a partir de 20.12.2019 e até 20.12.2020.

*

8) *Foi deliberado por unanimidade* autorizar a nomeação, em comissão de serviço, da Exma. Senhora Juíza de Direito, Dra. Ana Sofia Rocha Santos da Costa Coelho Fernandes, para o cargo de Subinspector-Geral da Inspeção-Geral dos Serviços da Justiça.

*

9) *Foi deliberado por unanimidade* nomear a Exma. Senhora Juíza de Direito, Dra. Carla Sofia Monteiro Marinho Pires, como Juíza Coordenadora para o Juízo Local de Pequena Criminalidade de Lisboa, com efeitos a retroagirem à data da sua indicação.

*

10) *Foi deliberado por unanimidade* nomear a Exma. Senhora Juíza de Direito, Dra. Lídia Isabel Bogalheiro Gamboa, como Juíza Coordenadora para o Juízo de Família e Menores de Lisboa, com efeitos a retroagirem à data da sua indicação.

*

11) *Foi deliberado por unanimidade* nomear a Exma. Senhora Juíza de Direito, Dra. Patrícia Alexandra das Dores Alves, como Juíza Coordenadora para os núcleos do Barreiro, Moita e Montijo, com efeitos a retroagirem à data da sua indicação.

*

12) *Foi deliberado por unanimidade* nomear a Exma. Senhora Juíza de Direito, Dra. Ana Paula Carreira da Conceição, como Juíza Coordenadora para o Juízo Central Criminal de Lisboa, com efeitos a retroagirem à data da sua indicação.

*

13) *Foi deliberado por unanimidade* nomear a Exma. Senhora Juíza de Direito, Dra. Maria de Fátima Doroana de Almeida, como Juíza Coordenadora para o núcleo de Almada, área criminal (Juízo Central Criminal de Almada, Juízo de Instrução Criminal de Almada e Juízo Local Criminal de Almada), com efeitos a retroagirem à data da sua indicação.

*

14) *Foi deliberado por unanimidade* nomear a Exma. Senhora Juíza de Direito, Dra. Maria Antónia Dias Rodrigues Andrade, como Juíza Coordenadora para o Juízo de Instrução Criminal de Lisboa e do Tribunal Central de Instrução Criminal, com efeitos a retroagirem à data da sua indicação.

*

15) *Foi deliberado por unanimidade* nomear a Exma. Senhora Juíza de Direito, Dra. Ana Margarida Simões da Silva Lima, como Juíza Coordenadora para o Juízo Local Criminal de Lisboa, com efeitos a retroagirem à data da sua indicação.

*

16) *Foi deliberado por unanimidade* nomear o Exmo. Senhor Juiz de Direito, Dr. Diogo Coelho de Sousa Leitão, como Juiz Coordenador para o Tribunal de Execução de Penas de Lisboa, com efeitos a retroagirem à data da sua indicação.

*

17) Foi deliberado por maioria autorizar a Exma. Senhora Juíza de Direito do Tribunal de Execução de Penas do Porto-J2, Dra. Cristina Augusta Teixeira Cardoso, em leccionar, de forma não remunerada, a disciplina da licenciatura em Direito Practicum Interdisciplinar, da Faculdade de Direito – Escola do Porto – Universidade Católica Portuguesa, que decorrerá no 1º semestre, às sextas-feiras, das 14 horas às 17 horas e em cerca de 20 horas.

*

18) Foi deliberado por maioria autorizar a Exma. Senhora Juíza Conselheira, Dra. Maria da Graça Machado Trigo Franco Frazão, em que requer ao abrigo do artigo 13º do Estatuto dos Magistrados Judiciais, manter, no ano lectivo 2019/2020, na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, o exercício de funções docentes universitárias e de investigação científica de natureza jurídica, sem remuneração e envolvendo uma carga de trabalho diminuta, de forma a não prejudicar o serviço a prestar no Supremo Tribunal de Justiça, informando que a carga horária prevista corresponde a não mais do que, em média, uma aula semanal de 75 minutos.

*

19) Foi deliberado por unanimidade renovar o protocolo do Memorando de Entendimento para a Cooperação entre o Conselho Superior da Magistratura de Portugal e o Consejo General del Poder Judicial do Reino de Espanha, e delegar no Exmo. Senhor Vice-Presidente o desenvolvimento das diligências necessárias e medidas complementares, com vista á implementação da Comissão Mista prevista neste Protocolo.

*

20) Relativamente ao pedido formulado por Sua Excelência a Senhora Procuradora-Geral da República, remetido pela EXma Senhora Juíza Presidente da Comarca de Lisboa, em que requer autorização para que os serviços da Procuradoria-Geral da República, relativos à criação do Departamento do Contencioso do Estado e Interesses Colectivos e Difusos, sejam instalados no Palácio da Justiça de Lisboa, *foi deliberado por unanimidade* sufragar a posição tomada pelo Conselho de Gestão do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, relativamente a este assunto, uma vez que, os espaços aí em questão são necessários ao funcionamento do Tribunal da Comarca de Lisboa.

*

21) Foi deliberado por unanimidade autorizar o exercício de funções enquanto Juiz Conselheiro Jubilizado, do Exmo. Senhor Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, Dr. Vinício Augusto Pereira Ribeiro, para terminar os processos que lhe estão distribuídos, com efeitos a 1.10.2019 e até ao final do mês de Novembro de 2019, nos termos do nº 3 do artº 67º do EMJ.

*

22) Foi deliberado por unanimidade nada ter a opor a que o Senhor Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, Dr. Paulo Jorge Fonseca Ferreira da Cunha, aceite o convite da Academia de Ciências, Letras e Artes de São Paulo-ACLASP para tomar posse de uma das suas Cadeiras, bem como para proferir uma conferência jurídica, não remunerada, nas Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo.

*

23) *Foi deliberado por unanimidade* nomear a Exma. Senhora Juíza de Direito, Dra. Susana Paula Araújo Rolo, como Juíza Coordenadora dos

Juízos sediados na Ilha Terceira, com efeitos a retroagirem à data da sua indicação.

*

24) Foi deliberado indicar os Exmos. Srs. Juízes de Direito, *Dr. Marco Alexandre Lourenço Brites e Dr. João Ricardo Viegas Correia*, para integrarem a lista de árbitros a constituir nos termos do artigo 384.º da Lei do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), comunicando-se, de harmonia com o disposto no n.º 5 deste artigo, a indicação em questão à DGAEP.

*

25) *Foi deliberado* nomear o Exmo. Juiz Desembargador Dr. Narciso Magalhães Rodrigues, do Tribunal da Relação do Porto, como Inspector Judicial deste Conselho na 3.ª Área de Inspeção, em comissão de serviço ordinária, de natureza judicial, por um período de 3 anos, nos exactos termos dos artigos 53.º, 54.º, n.ºs 1, 2 e 3, 55.º, 56.º, n.º 1, alínea a) e 57.º, n.º 1 do EMJ.

*

26) *Foi deliberado* nomear o Exmo. Juiz Desembargador Dr. António João Casebre Latas, do Tribunal da Relação de Évora, como Inspector Judicial deste Conselho na 14.ª Área de Inspeção, em comissão de serviço ordinária, de natureza judicial, por um período de 3 anos, nos exactos termos dos artigos 53.º, 54.º, n.ºs 1, 2 e 3, 55.º, 56.º, n.º 1, alínea a) e 57.º, n.º 1 do EMJ.

*

27) *Foi deliberado* nomear o Exmo. Juiz Desembargador Dr. Alberto Eduardo Monteiro de Paiva Taveira, do Tribunal de Relação de Guimarães, como Inspector Judicial deste Conselho na 15.ª Área de Inspeção, em comissão de serviço ordinária, de natureza judicial, por um período de 3

DELIBERAÇÕES TOMADAS NO PLENÁRIO DE 03-10-2019
Nota Informativa

anos, nos exactos termos dos artigos 53.º, 54.º, n.ºs 1, 2 e 3, 55.º, 56.º, n.º 1, alínea a) e 57.º, n.º 1 do EMJ.

*

28) Na sequência do despacho do Exmo. Senhor Juiz Conselheiro Vice-Presidente de 25-06-2019, proferido no Processo Disciplinar n.º 2018-370/PD, o Exmo. Senhor Presidente procedeu-se à audição do Exmo. Senhor Juiz Desembargador Dr. -----.

*

29) *Foi deliberado* nomear a Exma. Juíza Desembargadora Dra. Maria Amália Pereira dos Santos, do Tribunal da Relação de Guimarães, como Inspectora Judicial deste Conselho na 2.ª Área de Inspeção, em comissão de serviço ordinária, de natureza judicial, por um período de 3 anos, nos exactos termos dos artigos 53.º, 54.º, n.ºs 1, 2 e 3, 55.º, 56.º, n.º 1, alínea a) e 57.º, n.º 1 do EMJ.

*

30) Foram adiados os pontos 1.2.6; 1.2.8; 1.2.9; 1.2.10; 1.3.1; 1.3.2; 1.3.3; 1.3.4; 1.3.5; 1.3.6; 1.3.7; 1.3.8; 1.3.9; 1.3.10; 1.3.11; 2.2.1; 2.3.1; 2.3.2; 2.4.1; 2.4.3.

*

31) Foi designado o dia 29 de Outubro de 2019, pelas 10 horas e 30 minutos, para a realização da próxima sessão do Conselho Plenário Extraordinário.

*

Os trabalhos da sessão plenária foram encerrados pelas 16 horas e 45 minutos do dia 03-10-2019.

Lisboa, 04 de Novembro de 2019.

A Juiz-Secretária do Conselho Superior da Magistratura,

Ana Chambel Matias.